5

Considerações finais

“No princípio está o espírito. Nunca, em ciência alguma, a observação simplesmente passiva conduziu a resultados fecundos”.

Sérgio Buarque de Holanda, 1951.

Uma das faces mais importantes da pesquisa histórica é a elaboração de questões que nem sempre terão respostas possíveis. Isso não deve acontecer, na maioria das vezes, por causa da indagação, que porventura pode demandar vãos metafísicos ou explicações obscuras, mas sim devido aos limites de alcance daquilo que o historiador mobiliza durante o esforço de pesquisa para respondê-las. Para Weber, por exemplo, a própria análise histórica é dividida em níveis de investigação (cf. Roth & Schluchter, 1979, p.195-196) ou em estratégias de aproximação da realidade, em outras palavras. Na maioria das vezes, os historiadores driblam este problema inerente ao seu ofício por meio de uma investigação exaustiva, carregada de fontes, e amplamente fundamentada por visões anteriores sobre o tema a que se propõem esclarecer. Este, inclusive, é o mote do elogio que Sérgio Buarque de Holanda faz a Capistrano de Abreu, um dos seus antecessores brasileiros no campo da pesquisa histórica, pouco tempo depois da publicação da segunda edição de *Raízes do Brasil* (cf. Holanda, 1951). Sérgio observa que os limites da investigação de Capistrano são minimizados frente à densa pesquisa documental e à respectiva fundamentação dos argumentos do autor através de um imenso manancial de fontes, sendo algumas inéditas inclusive (cf. Idem, p.601-602). O exercício da ciência histórica, com alguns percalços, tem se consolidado nesta perspectiva desde o século XVIII (cf. White, 1994), e grande parte dos principais ensaios sobre a obra de Sérgio Buarque como um todo, têm confirmado uma confluência entre o predomínio da pesquisa documental ao longo do tempo e a definição do tipo de conhecimento ali

produzido como *história* (cf. Dias, 1985; Monteiro, 1999; Wegner, 2005). De fato, o próprio Sérgio cansou de se referir ao seu livro *Raízes do Brasil* como um ensaio social, e não como produto de pesquisa histórica (cf. Santos, 2004), conferindo uma importância maior aos seus trabalhos posteriores do que aquele livro de 1936, definido muitas vezes como um produto da juventude e até um pouco obscuro em suas colocações.

Em meio aos questionamentos posteriores a respeito da natureza da obra *Raízes do Brasil* – enquanto escrita histórica acerca da formação do país ou como uma interpretação subjetiva sobre alguns traços psicológicos característicos de nossa cultura – este trabalho procurou levantar uma outra perspectiva sobre esta importante obra de nossa historiografia, pretendendo compreendê-la para além de suas definições mais habituais. É claro que não parece adequado a essa altura questionar a marca histórica de *Raízes*, sobretudo por causa da análise que o autor faz das transformações sofridas pela sociedade brasileira, destacando mudanças e continuidades, bem como em virtude de sua preocupação de sempre que possível contextualizar as questões que propõe como mote de investigação à luz de seu próprio tempo. No entanto, ainda que este trabalho não negue as interpretações anteriores sobre *Raízes*, não faz parte do principal argumento entrar na experiência arriscada de tentar defini-lo, como parte da contribuição à sua compreensão. Sobre este aspecto, parece que a própria forma da escrita de Sérgio, o ensaio, o ajuda a escapar das rotulações. Nem história *stricto sensu*, nem filosofia ou sociologia, nem psicologia social, nem pura especulação. Qual deve ser então o bom termo para se chegar a uma conclusão acerca de uma obra que se declara inacabada? O ponto aparece por meio de uma das coisas que o autor mais fazia com maestria em *Raízes*: ao investigar um determinado problema, Sérgio exercitava as contradições aparentes, explorava a complexidade das questões, enfim, antes de fazer qualquer afirmação, lapidava o seu entorno para iluminar a própria questão. Concluir-se-á, então, com uma espécie de exercício de complexidade, levantado, é claro, pelo próprio Sérgio.

Além de permear todo o desenvolvimento dos argumentos anteriores no corpo de cada capítulo deste trabalho sobre *Raízes*, o ponto se reabilita alguns anos depois, em 1951, ao aparecer por meio de uma espécie de “ato falho” de Sérgio Buarque ao analisar Capistrano de Abreu, reproduzido na epígrafe a esta seção. Como já foi apontado, enquanto Capistrano contrabalançaria a ausência de

uma interpretação ampla sobre a formação do Brasil com a faina intelectual da busca moderna pela verdade por meio da análise das fontes (cf. Holanda, 1951; Araújo, 1988), há espaço neste momento para que se afirme que Sérgio Buarque compensou a falta de retidão historiográfica de *Raízes* pela erudição e, principalmente, por meio da qualidade das questões que se propõe a examinar durante os capítulos da obra: o desterro, o ruralismo, a cordialidade, a revolução. Neste sentido, pode-se entender que Sérgio se valeu de uma estratégia particular para enfrentar os desafios que uma interpretação histórica da formação do Brasil coloca para ele. Ao invés de esmiuçar as fontes, pinçou-as cuidadosamente dentre muitas outras que poderia escolher, no lugar de descrever pormenorizadamente uma época, ele a fez surgir a partir dos problemas que levantou. Em suma, se na História não é possível que todas as respostas sejam alcançadas, Sérgio Buarque investiu na formulação das questões como uma forma de enriquecer os temas a que se propôs investigar. Mais ou menos como um crítico literário que eventualmente oferece uma visão que supera a habitual interpretação de uma obra, Sérgio lançou mão de questões inesperadas acerca de nossa formação e, neste sentido, também não se preocupou em solucioná-las ou submetê-las a um sistema fechado. *Raízes do Brasil* é um livro aberto.

Desse modo, não é demasiadamente arriscado afirmar que houve uma espécie de “ato falho” de Sérgio Buarque em 1951, quando ele reforçou a preponderância do papel da indagação (ou mesmo da especulação) dentro de qualquer processo científico, sobre a arregimentação de vestígios e de “provas”. E o curioso é que ele fez esta afirmação justamente ao enaltecer o trabalho de um historiador que se destacou em seu próprio tempo por possuir as características de “rato de arquivo”, como foi Capistrano de Abreu. É interessante lembrar que as várias referências teóricas de Sérgio Buarque que foram discutidas ao longo do trabalho pautam-se justamente pela revolta modernista contra o império positivista da razão, de um lado, e por um questionamento do alcance da definição “pensamento científico” às disciplinas humanas como a sociologia e a história. E, mesmo sem entrar nesta questão, ao escrever este texto avaliativo de 1951, Sérgio Buarque determina uma certa supremacia do espírito sobre a “observação simplesmente passiva”. É claro que não há neste caso nenhuma tentativa de se estabelecer uma oposição entre verdade e ciência. Trata-se antes de chamar a atenção para a importância da especulação (aqueles que enxergam um Sérgio

historicista preferem chamar de imaginação) em todo processo de investigação. Mas o que tem isso a ver com o modernismo e com as noções de “fortuna” e de “adaptação” em *Raízes do Brasil*? Para elucidar esta última questão o argumento volta-se agora rapidamente para uma parte de *Raízes* que foi pouco explorada até agora: *Nossa revolução*, o último capítulo.

A parte final de *Raízes do Brasil*, de fato, é um pouco misteriosa quando é comparada com o restante do livro. Nela, toda a argumentação e, sobretudo, toda a valorização da especificidade do tipo brasileiro parece ruir frente às transformações oriundas do processo de racionalização e urbanização que o país vinha enfrentando, mais concretamente, desde pelo menos a chegada da família real portuguesa ao Brasil no início do século XIX. Isto não seria estranho se o próprio autor não demonstrasse em alguns momentos uma certa satisfação com estas transformações, como, por exemplo, em “o tragico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarchia ainda guarda o seu prestigio...” (Idem, p.141) e “Com a cordialidade, a bondade, não se cream os bons princípios. É necessario um elemento normativo, solido, innato na alma do povo, ou implantado pela tyrania para que se possa haver crystalização social” (Idem, p.156-157). Sérgio Buarque analisa, curiosamente, nesta parte final o que seriam as inadequações do povo brasileiro – herdeiro daquela plasticidade portuguesa – em relação às idéias que mobilizaram estas mesmas transformações no Velho Mundo e na América do Norte. Ele chama a atenção, particularmente, para a ineficácia das idéias liberais e a sua respectiva concepção de Estado no Brasil, onde provocaram crítica e, em alguns casos, instituições estéreis. Teria o herdeiro do colonizador português perdido aquela capacidade de amoldar-se às circunstâncias mais diversas? Não parece ser este o argumento de Sérgio.

O título do capítulo, “Nossa revolução”, segundo Sérgio Buarque, seria “não [...] um facto que se pudesse assignalar em um instante preciso; [mas] antes um processo demorado e que durou pelo menos tres quartos de século” (Holanda, 1936, p.136). Deve-se lembrar, todavia, que a empreitada da colonização durara mais de três séculos e, neste sentido, deveria possuir um peso maior sobre a recente “revolução”, sem contar com a característica do português que o favorecia diante de mudanças exteriores. Mas o fato é que Sérgio dedica esta parte importante do livro, com o qual encerra sua discussão, deixando a sensação de que as transformações vieram para ficar (cf. Idem, p.136), pois não eram da mesma

natureza que aquelas que engendraram a aventura que moldou o Novo Mundo, nem daquelas situações hostis e inusitadas que a presença portuguesa na América proporcionaram, e tampouco consistiam numa transposição literal do processo mais geral de desencantamento do mundo em curso no Ocidente deste a época moderna. Ao contrário, “nossa revolução” atualizava a capacidade de adaptação, por meio da qual fomos marcados desde a origem, frente aos novos fenômenos que atingiam a sociedade brasileira, como a urbanização e a modernização das instituições nacionais. E isso se devia a interpretação particular de Sérgio sobre a própria noção de processo histórico, que ele deixa transparecer neste trecho sobre o Brasil de seu tempo:

“O essencial de todas as manifestações, das criações originaes como das cousas fabricadas, é a *forma*. A realização completa de uma sociedade tambem depende de sua forma. Se no terreno politico e social o liberalismo revelou-se entre nós antes um destruidor de formas preexistentes do que um creador de novas; se foi sobretudo uma inutil e onerosa superfetação, não será pela experiencia de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade. Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo schemas sabios e de virtude provada, mas ha de restar um mundo de essencias mais intimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreductivel e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso proprio rythmo espontaneo, á lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mechanic euma harmonia falsa. [...] **O espirito não é uma força normativa, salvo onde póde servir á vida social e onde lhe corresponde.** As formas exteriores da sociedade devem ser com um contorno congenito a ella e della inseparavel: emergem continuamente das suas necessidades especificas e jamais das escolhas caprichosas”. (Idem p, 160-161, **grifos acrescentados**).

A maneira como Sérgio Buarque enfrenta o problema dos dilemas da modernização da sociedade brasileira, neste momento final do livro, pode ser encarada como uma oportunidade para iluminar uma última vez algumas das idéias que atravessaram sua trajetória desde 1920 até 1936. A reflexão modernista sobre a originalidade nacional, combinada ao desconforto do autor para com a solução edificadora e o seu interesse específico na tradição que nos formara, determinou sua postura de valorizar a espontaneidade, como caminho da renovação estética, e como aquilo que proporcionaria material para investigação acerca da especificidade nacional. Um pouco depois, estas noções se desenvolveram no debate com seus colegas de movimento, como Tristão de Athayde e Mário de Andrade, reafirmando a adesão de Sérgio ao projeto modernista e o seu apreço às formas criativas de interpretação do país que

eventualmente pudessem reinventar-lhe a própria história. Durante o contato direto com o pensamento alemão, o interesse pela compreensão do Brasil se revigorou e, as noções sobre tradição e mudança se complexificaram à luz do pensamento de autores como Weber e Sombart. Neste momento, a reflexão de Sérgio Buarque vai se orientar no sentido de investir em formulação de questões a serem enfrentadas, e não na configuração de definições e respostas bem acabadas aos problemas postos pelo seu tempo. É sob esta perspectiva, muito pautada pelo próprio ensinamento implícito nos textos do autor de *Raízes do Brasil*, que se tentou aqui oferecer uma contribuição ao estudo do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. As idéias de fortuna e adaptação não resolvem os impasses levantados pela interpretação do Brasil sugerida pelo autor. Em certa medida, elas têm até intenção diversa: figuram ali, no entorno das principais questões levantadas no livro; sem solucioná-las, mas também sem se afastar demasiadamente. Tudo isso na esperança de, pela presença constante e tangente, colaborar na discussão de temas tão significativos para o entendimento da história e cultura do país.